



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Coordenação do Curso de ou Departamento de Direito Público

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Direito Público Digital				Código: DB 117			
Natureza:							
() Obrigatória		(X) Semestral		() Anual		() Modular	
(X) Optativa							
Pré-requisito:		Co-requisito:		Modalidade: (X) Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD: 6h			
CH Total: 30h	Padrão (PD): 30h	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
CH Semanal: 2h							

EMENTA

Introdução à lógica da internet. Sociedade 5.0. Direitos digitais. Regulação de serviços disruptivos, da internet das coisas e da robótica. Processos administrativos eletrônicos. Blockchain e contratos inteligentes. Big data, governo eletrônico e cidadania digital. Regulação da proteção de dados nas novas plataformas de comunicação. Inteligência artificial no exercício das funções estatais.

PROGRAMA

1. Governança na internet e jurisdição na sociedade global. A lógica da internet: IP, DNS, VPN, Provedor de Acesso. Governança e soberania na internet: ICANN, CGI.br e outros *stakeholders*. Princípios da governança da Internet do Netmundial.
2. Direitos fundamentais e Direito digital. Exercício dos direitos individuais e políticos na internet. A espera público-privada complexa. Direitos fundamentais sociais no âmbito digital. Os direitos específicos do espaço digital.
3. Governo eletrônico e transparência. Transparência para além do orçamento público. *Whistleblowers* e a divulgação online de documentos sigilosos: aspectos jurídicos do caso *Wikileaks*.
4. Proteção de dados pessoais e privacidade. Marco Civil da Internet e LGPD. Escolhas regulatórias para o mercado de dados: proteger a intimidade ou deixar público para todos.
5. Big data: Definição e fundamentos. Big Data x Small Data. Mineração, coleta e armazenamento de dados. Uso e Visualização de Dados. Políticas públicas baseadas em dados. Big data e serviços públicos inteligentes.
6. Inteligência artificial História e fundamentos da Inteligência Artificial (IA). Tipo de inteligência artificial. Aprendizado de máquina: aprendizados supervisionado e não-supervisionado, aprendizado profundo. Uso de Inteligência Artificial na Administração Pública.
7. Provedores de comunicações Privadas e Direito Público: o caso da judicialização do WhatsApp. Criptografia e segurança privada. Limites jurídicos nacionais e internacionais.
8. Regulação de serviços disruptivos. Ressignificação da Publicatio: Serviços públicos e atividade privada over-the-top. Direito econômico à inovação. Dilema de Collingridge. Regular e estrangular, ou liberar e lesionar? *Sandbox* regulatória.
9. Blockchain e processos administrativos. Segurança e imutabilidade dos procedimentos administrativos. Contratações públicas com blockchain: *compliance* e *accountability* digital. Linguagens de blockchain e os *smart contracts*.
10. Direito dos robôs. Extensão da capacidade jurídica: titularidade de direitos e obrigações para não-humanos. Limites da responsabilidade. Tutela dos robôs. Diretrizes do *High-level Expert Group on Artificial Intelligence* da UE.

11. IoT (*internet of things*) e IoE (*internet of everything*). Regulação da IoE no Brasil. Tecnologia *Machine-to-machine*. O Plano Nacional de Internet das Coisas (Decreto nº 09/2019).

12. *Smart cities*, conceitos e fenômenos. Ferramentas de desenvolvimento das *smart cities*. *Smart cities* e soberania nacional. Direito urbanístico digital. Modelos de *smart cities* no panorama global. O custo das *smart cities*.

13. Governo digital e *mobile democracy*. Instrumentos de exercício da cidadania digital. Ferramentas de *e-democracy* no Poder Legislativo. Ferramentas de *e-democracy* no Poder Executivo.

OBJETIVO GERAL

Promover o acesso ao corpo discentes às principais questões do Direito Digital no âmbito da Administração Pública e da regulação estatal das atividades econômicas privadas disruptivas. Os discentes serão capazes de compreender a nova lógica introduzida pela sociedade digital e seus principais impactos na teoria e prática jurídicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O corpo discente será capaz de aplicar o raciocínio jurídico do Direito Digital em casos jurídicos concretos, a fim de oferecer soluções adequadas aos problemas sócio-normativos contemporâneos e que são típicos da Sociedade 5.0.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A disciplina será desenvolvida mediante aulas expositivas, inclusive com professores especialistas convidados, nas quais será apresentado o conteúdo curricular proposto. As aulas presenciais poderão ser complementadas com aulas síncronas online ou vídeos e textos de apoio. Parte do material bibliográfico indicado será disponibilizado em ambiente digital e parte deverá ser pesquisado pelo corpo discente.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação se dará mediante prova objetiva, realizada no último dia letivo, abordando todo o conteúdo exposto nas aulas anteriores. Também é possível serem adotados outros procedimentos avaliativos, conforme o planejamento específico de cada oferta da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

FREITAS, Juarez; FREITAS, Thomas Bellini. **Direito e inteligência artificial**. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

LEONARDI, Marcelo. **Fundamentos de Direito Digital**. São Paulo: RT, 2019.

PINHEIRO, Patrícia Peck; WEBER, Sandra Tomazi. **Fundamentos dos negócios e contratos digitais**. São Paulo: RT, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

FERNANDES, Victor Oliveira. **Regulação de serviços de internet: desafio da regulação de aplicações *Over-The-Top* (OTT)**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato (Coord.). **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MOROZOV, Evgeny (*et al*). **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.

PINHEIRO, Patrícia Peck (Coord.) **Direito digital aplicado 4.0**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

SALGADO, Eneida Desiree. **Lei de Acesso à Informação: Lei 12.527/2011**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu de. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão mudando comportamentos e escolhas políticas**. São Paulo: Sesc, 2019.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

*OBS: ao assinalar a opção CH em EAD, indicar a carga horária que será à distância.



Documento assinado eletronicamente por **MELINA GIRARDI FACHIN, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PUBLICO - JD**, em 16/12/2020, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **3059741** e o código CRC **837D9300**.